

PERFIL SÓCIOECONÔMICO E CONSUMO ALIMENTAR DE ASSENTADOS RURAIS DO ASSENTAMENTO ESTRELA DA ILHA, ILHA SOLTEIRA - SP

Danitielle Cineli Simonato¹

Rodolfo Antônio de Figueiredo²

Carolina Buso Dornfeld³

Robson Dourado⁴

RESUMO

O presente estudo procurou analisar as condições socioeconômicas e de consumo alimentar de assentados rurais no assentamento “Estrela da Ilha”, no município de Ilha Solteira, localizado na região noroeste do estado de São Paulo, que possui cerca de 210 famílias. A pesquisa foi realizada com 35 famílias, 20% das famílias do assentamento. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário contendo 12 questões versando sobre o perfil socioeconômico das famílias assentadas. A análise de dados foi feita de maneira quantitativa e qualitativa, utilizando as variáveis idade (faixa etária), gênero, número de pessoas por lote, fonte e estimativa de renda familiar, grau de escolaridade, tempo de moradia no assentamento, tipo e condições de moradia, bem como a quantidade de cômodos das habitações. Pesquisou-se também os hábitos de consumo alimentar, tais como a produção, compra e consumo de alimentos essenciais para dieta humana e também o consumo de produtos industrializados para fins alimentícios. Verificou-se que 60% dos entrevistados são do sexo masculino, 94% casados, a maior parte das famílias é composta de 4 integrantes, 54% dos assentados tem como fonte de renda atividades agrícolas na própria propriedade, 51% possui renda estimada de dois salários mínimos, 69% possui Ensino Fundamental incompleto e 94% das moradias é de alvenaria, sendo 86% delas inacabadas. Em relação ao consumo familiar 71% das famílias consomem com frequência produtos alimentícios industrializados, particularmente refrigerantes (44% dos itens) e biscoitos (27%). A pesquisa indicou que na comunidade estudada os maiores problemas são relacionados às questões socioeconômicas, tais como renda e educação. Assim sendo, são esses os pontos em que se faz necessário atuar mais urgentemente.

¹Mestranda do Programa de Agroecologia e Desenvolvimento Rural UFSCar - e-mail: dani_simonato@yahoo.com.br

²Docente do Departamento de Agroecologia UFSCar – e-mail: raf@cca.ufscar.br

³Docente do Departamento de Biologia e Zootecnia UNESP/FEIS – e-mail: carolina@bio.feis.unesp.br

⁴Técnico Agropecuário Prefeitura Municipal de Ilha Solteira – e-mail: robinhodourado@hotmail.com

Palavras-chave: Assentamentos Rurais; Diagnóstico Socioeconômico, Consumo Alimentar.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é considerado o maior país da América Latina apresentando uma população de 190.755.799 milhões de habitantes segundo Censo IBGE (2010). Este por ser bem diverso conta com atividades também diversificadas economicamente, sendo a agricultura um dos setores mais significativos da economia.

Historicamente o país teve como base de desenvolvimento agrícola os grandes latifúndios, a escravidão e o trabalho forçado desde sua descoberta, levando escravos e imigrantes em condições subumanas até meados do século XIX.

Hoje vive o advento das transformações iniciadas no final da década de 1960-1970 chamada de “Revolução Verde”, onde se impôs aos países subdesenvolvidos a disseminação de práticas agrícolas de cunho produtivista, com o uso de sementes geneticamente modificadas, mecanização agrícola, uso de insumos e a entrada massiva de capital estrangeiro deixando a agricultura aos moldes industriais.

Em contraposição a Revolução Verde e a entrada massiva do capital estrangeiro e aos moldes de uma agricultura capitalista e exportadora, surgiu nos anos 1980 e 1990, os movimentos de trabalhadores rurais que ganharam ímpeto, tanto no campo como nas cidades. A problemática da reforma agrária garantindo o acesso a terra tornou-se palavra de ordem na sociedade brasileira. Com diferentes matizes e com apoios e contra-apoios, a questão da reforma agrária volta a ocupar a agenda política do país. A partir de meados dos anos 80 registra-se, de forma lenta e irregular, a implementação de assentamentos rurais em todos os Estados da Federação (BERGAMASCO, 1997).

Como afirma Norder (1997), são projetos criados muito mais para resolver situações de conflitos localizados do que situações de pobreza e exclusão social, ou mesmo para resgatar o potencial produtivo da agricultura familiar.

Os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, gerados pelo surgimento de novas formas de organização, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra (BERGAMASCO e NORDER, 1996).

Para Pinheiro et al. (2009), a população rural se caracteriza pela situação de desfavorecimento em relação à urbana no que se refere às condições de vida. Isto não implica que o rural seja atrasado, passivo, mas que o estabelecimento de políticas públicas justas e inadiáveis que resgatem essa imensa dívida social, cultural, ambiental e sanitária com as populações do campo são necessárias.

Para Lopes (2010), a promoção das condições de vida dos indivíduos se encontra intrinsecamente relacionada com a qualidade dos recursos disponíveis em seu ambiente, ou seja, depende da qualidade do ambiente natural e do meio ambiente construído e constantemente manipulado pelo homem.

Carvalho e Oliveira (2007) destacam as condições de vida como os aspectos de ordem coletiva oferecidas pelo Estado (como transporte, assistência médica preventiva e curativa, saneamento etc.), e as de ordem particulares, obtidas pelo trabalhador de acordo com seu nível salarial ou renda familiar (alimentação, habitação, vestuário, lazer).

Esse conjunto de fatores constitui em alguns dos princípios que implicam qualidade de vida aos indivíduos e apontam indicadores de condições de vida de determinado grupo populacional (LOPES, 2010).

Além da melhoria nos rendimentos que vêm obtendo, há melhorias nas condições de habitação, tanto objetiva como, subjetivamente, uma vez que permite acesso à casa própria e ao desenvolvimento de amplas ações comunitárias. A alimentação ganha em qualidade, pois passaram a dispor de mais e melhores alimentos (FERRANTE; BARONE; BERGAMASCO, 2005).

Nessa perspectiva, a insuficiência de renda, o desemprego, a concentração de terra, a mercantilização da água e a precarização da educação limitam o acesso à alimentação em termos de qualidade, quantidade e regularidade, impedindo uma vida digna. Assim, não só os determinantes socioeconômicos, mas outros a eles relacionados, como condições precárias de moradia e de saneamento, interferem com a segurança alimentar das populações (PEREIRA, 2006).

O objetivo do presente trabalho foi apresentar o perfil socioeconômico e de consumo alimentar dos assentados/as do assentamento “Estrela da Ilha”, no município de Ilha Solteira (SP).

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada entre os meses de fevereiro e março de 2012 com as/os assentados/as do assentamento “Estrela da Ilha”. Este assentamento foi criado em setembro de 2005 por um grupo de trabalhadores rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na antiga fazenda São José da Barra que foi desapropriada para fins de Reforma Agrária. Esses assentados são provenientes de quatro acampamentos distintos “Sol Nascente”, “Renascer”, “Terra é Vida” e “20 de maio”. O assentamento está situado na Região Noroeste do estado de São Paulo, no município de Ilha Solteira e, possui uma área de 2.964,3356 ha. Cada lote tem 14 ha, sendo alguns de 3,5 ha, denominados pararrurais e que são destinados a pessoas solteiras e/ou viúvas. Atualmente o assentamento está composto por cerca de 210 famílias.

A pesquisa foi realizada com 35 famílias, cerca de 20% de famílias do assentamento, escolhidas ao acaso, a fim de se conhecer seu perfil socioeconômico e de consumo alimentar, indagando-os sobre renda, escolaridade, condições de moradia e hábito de consumo, compra e produção de produtos alimentícios.

A unidade de estudo foi a família domiciliar. A escolha da família deve-se ao fato de que, além da unidade básica na vida econômica, ela também é unidade predominante no cultivo da terra, na lida com o gado e criações em geral. Enfim, a unidade familiar e os agrupamentos familiares são de suma importância na reprodução social do campesinato (LOPES, 2010).

A técnica utilizada no presente estudo foi o questionário semiestruturado que, de acordo com Gil (2005), é uma técnica de pesquisa das mais utilizadas consistindo em um instrumento de coleta de informações que apresenta muitas vantagens, pois possibilita de forma rápida o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, entre outras.

Para a análise de dados optou-se pela abordagem quantitativa e qualitativa, onde para Minayo (2005), a abordagem quantitativa tem por objetivo dimensionar e quantificar dados de determinado processo e resultados. As abordagens qualitativas visam aprofundar o estudo, dentro de um contexto histórico e de uma dinâmica relacional hierárquica, entre pares ou com a população, e compreender as representações e os sinais evasivos que não podem ser entendidos por meios formais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto ao gênero dos entrevistados, a maioria foi do sexo masculino (60% do total).

Em relação ao estado civil, 94% dos entrevistados são casados(as), 6% são representados por pessoas divorciadas, sendo que a categoria viúvo(a) e solteiro(a) não tiveram representantes.

Em relação à faixa etária dos entrevistados, verificou-se que a maioria está entre 40-50 anos (37%), e a média de idade dos entrevistados foi de 47 anos (Figura 1).

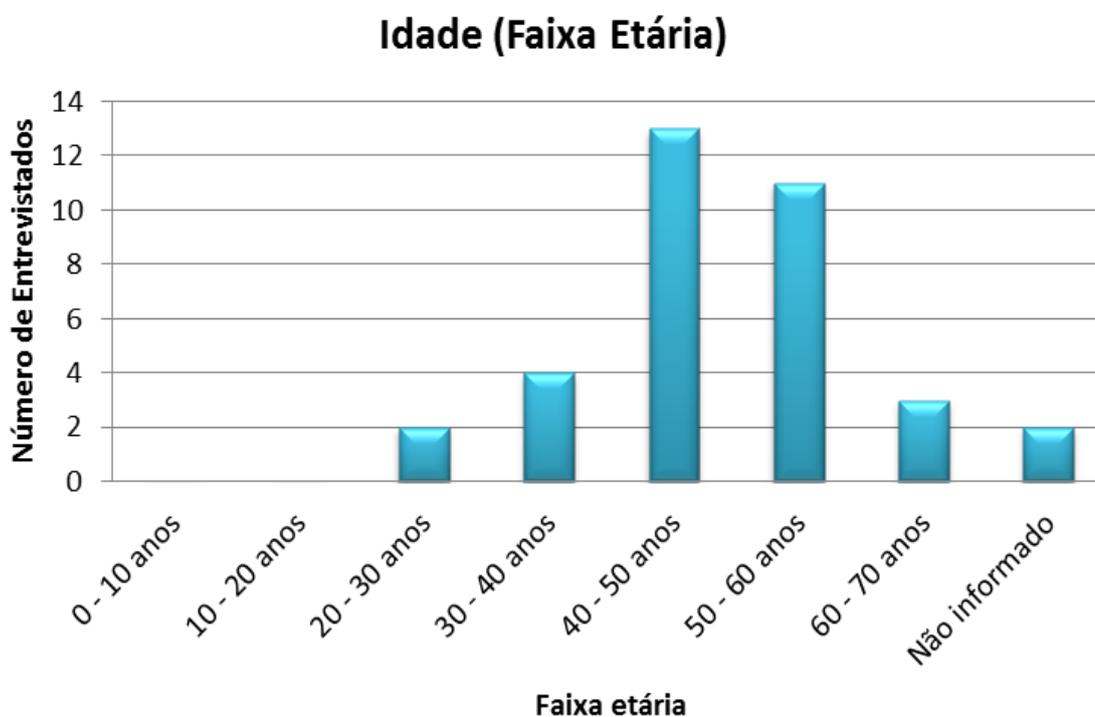


Figura 1 – Idade por faixa etária dos entrevistados

Quanto ao número de indivíduos por lote, este variou de duas até mais de nove, sendo a maioria representado por famílias de quatro integrantes (26%), seguida por famílias formadas apenas pelo casal (20%), denotando que os filhos já saíram do campo para exercerem suas atividades dentro do espaço urbano.

Número de pessoas por lote

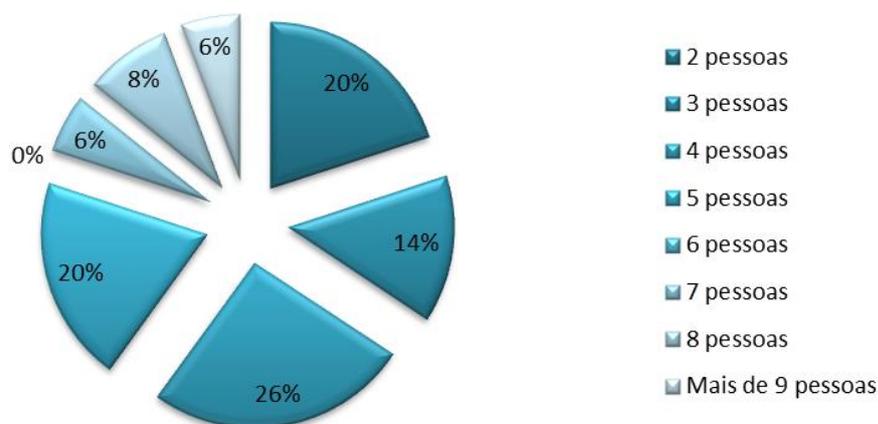


Figura – 2 Número de pessoas residentes por lote

Em relação a principal fonte de renda familiar (Figura 3), 54% dos entrevistados afirmaram que a renda advém apenas de atividades na própria propriedade, sendo que 20% indicou que a renda também é complementada por atividades na área urbana.

Principal fonte de renda da família

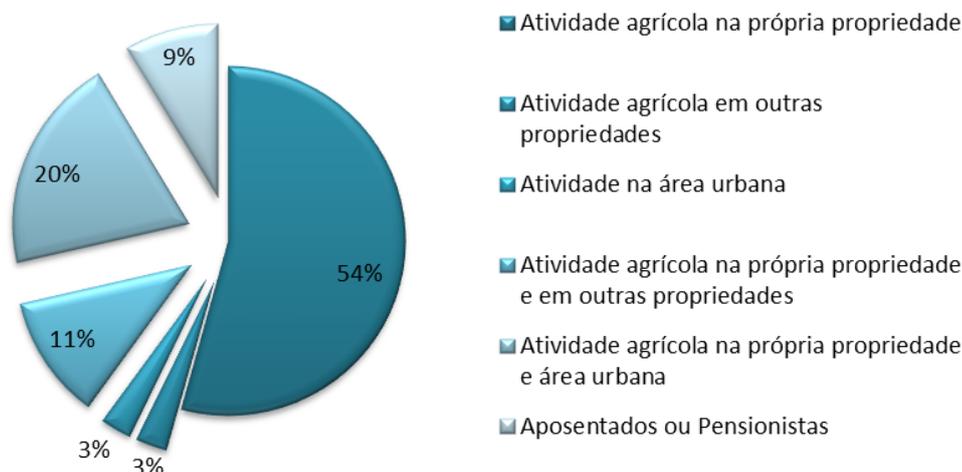


Figura – 3 Principal fonte de renda da família dos assentados (as)

Para Rosa (1999), a década de 1990 revelou um espaço rural com novas características, ou seja, tornou-se difícil determinar a fronteira entre a atividade rural e urbana. Isso porque o espaço rural deixou de ser exclusivamente um mundo agrícola. No Brasil, essas transformações ampliam as possibilidades de trabalho para a população rural, mas não exclusivamente na agricultura. Isto leva à conclusão de que o agricultor, em tempo integral,

principalmente os residentes próximos às cidades, e a capacidade produtiva da população residente no campo se expressam em "novas formas da atividade agrícola como uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano, e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante".

Os estudos sobre a população economicamente ativa ocupada em atividade agropecuária mostram que “40% dos 7,5 milhões de domicílios rurais identificados pela PNAD de 1995 eram pluriativos (24%) ou não agrícolas (17%), o que reforça a tese de que o mundo rural é hoje muito maior do que o agrícola ‘...’ isto não significa dizer que o mundo rural não seja mais predominante agrícola o que significa dizer que de cada quatro famílias que exercem apenas atividades agrícolas, três ainda residiam em zonas rurais em 1995.” (DEL GROSSI e GRAZIANO DA SILVA, 1998)

Analisando os dados da PNAD, constataram que a renda média rural proveniente das atividades não-agrícolas, em 1990, foi 32% maior que a média da renda rural proveniente de atividades agropecuárias. Eles ainda mostram que entre 1992 e 1995, as pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas no meio rural aumentaram em cerca de 10% ao ano (ROSA, 1999).

Uma das expressões das novas características estruturais, segundo Graziano da Silva (1997), está na ampliação do fenômeno da dedicação apenas parcial de um único integrante de uma família rural à produção agropecuária - o chamado agricultor de tempo parcial (*part time farmer*): “... sua característica fundamental é que ele não é mais somente um agricultor ou um pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vem se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e Graziano da Silva e Del Grossi (1997) dizem que o fato das pessoas viverem na área rural, não necessariamente significa que elas exercem as suas atividades naquele ambiente.

No que se diz respeito à estimativa de renda mensal (Figura 4), 51% dos entrevistados possuem renda média de dois salários mínimos por mês, seguidos por 26% que possuem renda equivalente a um salário mínimo mensal.

De acordo com o Censo Agropecuário Agricultura Familiar - IBGE (2006), mais de 1,7 milhões de produtores familiares declararam ter percebido outra receita além daquela obtida no estabelecimento especialmente as advindas de aposentadorias ou pensões (65%) e salários com atividade fora do estabelecimento (24%). O valor médio anual destas receitas foi de R\$4,5 mil para a agricultura familiar, fortemente influenciado pelas aposentadorias e

pensões, com valor médio mensal de R\$475,27. Mais de R\$5,5 bilhões chegaram aos produtores familiares por meio de aposentadorias, pensões e programas especiais dos governos em 2006.

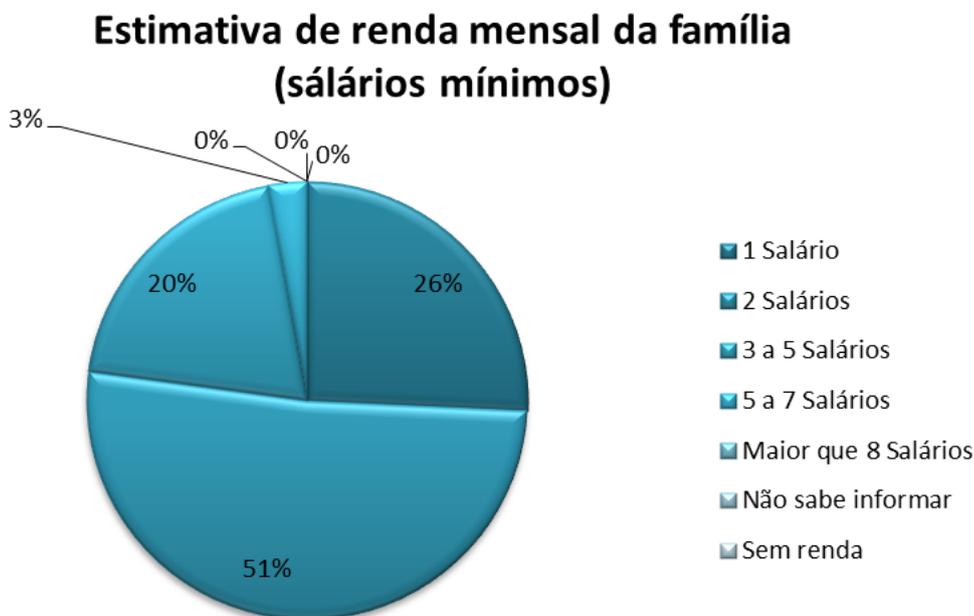


Figura – 4 Estimativa de renda mensal da família em salários mínimos dos assentados (as)

Os resultados relacionados ao grau de escolaridade apontam que a maioria dos entrevistados possui apenas Ensino Fundamental incompleto (68%) (Figura 5). Bergamasco (1997) verificou que as médias para o grau de escolaridade apresentadas para os assentamentos espalhados pelo Brasil apontam para 39,4% de analfabetos/alfabetização incompleta, e o mesmo percentual de titulares com o ensino primário incompleto. Nos estados do Sul, o analfabetismo dos titulares é de quase 14% e, no estado de São Paulo registraram-se 29,7% de titulares que não chegaram a completar o ensino primário. O que mais chama a atenção é o fato de que esta situação não vem sendo alterada: 97,6% do total de titulares dos lotes de assentamentos no Brasil estão fora de qualquer programa de estudos, o que indica a não existência de um programa minimamente consistente de educação de adultos nos assentamentos brasileiros.

Escolaridade

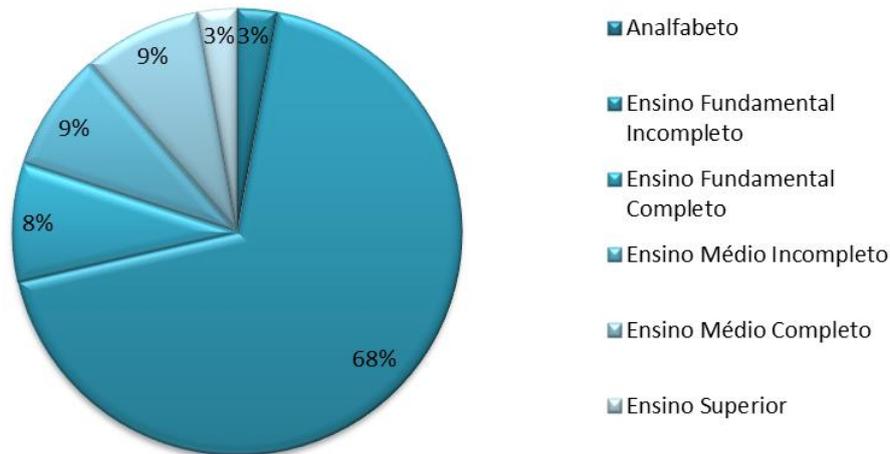


Figura -5 Grau de escolaridade dos assentados (as)

Na Figura 6 pode ser verificado o tempo de moradia das famílias no assentamento, sendo que a maioria há sete anos, ou seja, desde a sua criação em 2005. Outras 11 famílias vieram depois de um ano de criação do assentamento, isso significa dizer que essas são oriundas dos acampamentos que estavam montados a beira da estrada, que por sua vez lutaram pela desapropriação da fazenda São José da Barra, hoje, Assentamento Estrela da Ilha.

Tempo de Moradia (Em Anos)

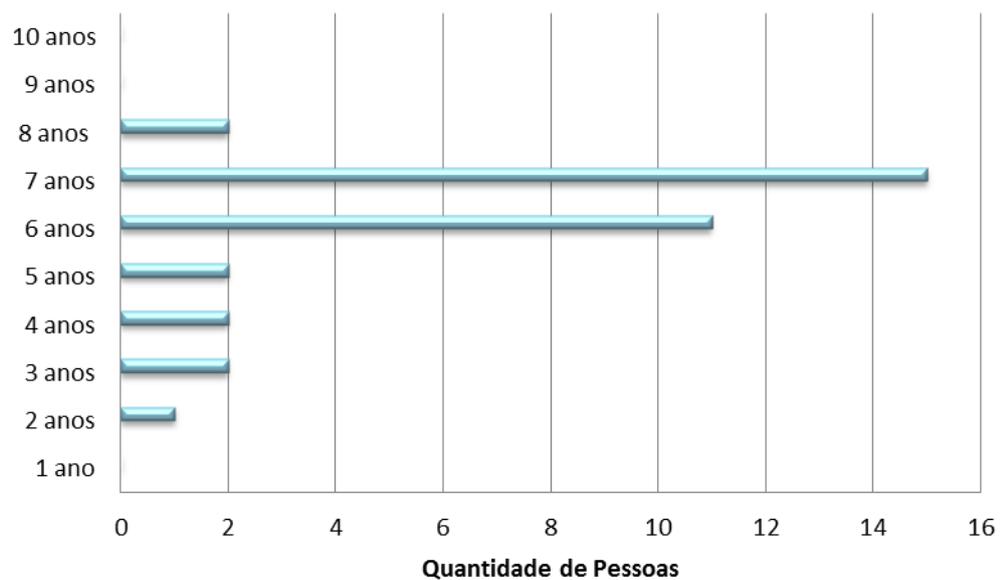


Figura – 6 Tempo de moradia em anos dos assentados (as)

No quesito tipo de habitação, 94% dos assentados possuem habitações feitas de alvenaria e 6% de madeira (Figura 7), sem auxílio técnico. Estudos realizados por Lins (2002), consideram que as habitações inadequadas são aquelas que não proporcionam condições de habitabilidade desejáveis a seus moradores, sejam eles da área rural ou urbana. Esses domicílios se caracterizam por serem gerados a partir da autoconstrução, ou seja, é a população construindo com seus próprios recursos, sem interferência do poder público nem mesmo para verificar condições de segurança.

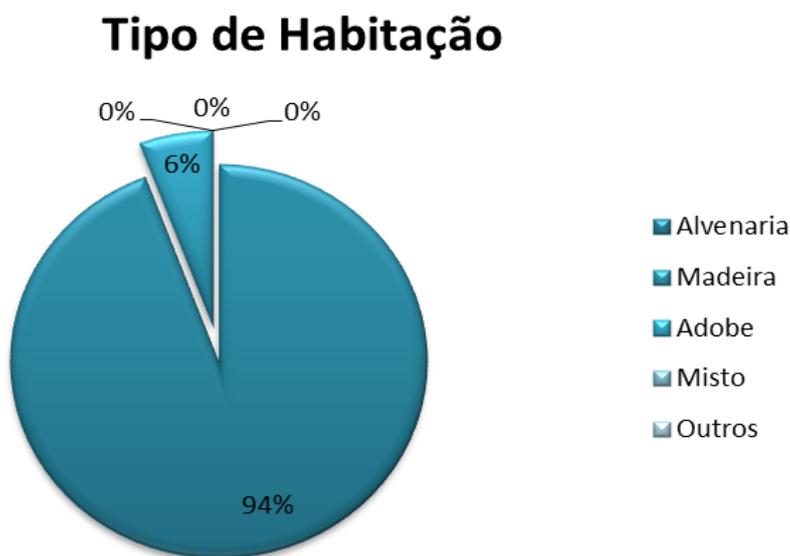


Figura – 7 Tipo de material da habitação dos assentados (as)

Para Cohen (1993), a moradia tem suas funções, e dentre elas se destacam a física, a técnica e a sanitária. Além dessas, as habitações ainda tem a função sociocultural que se caracteriza por ser um espaço onde se respeita à cidadania de seus moradores pelo direito de morar com qualidade. Cita-se também a função psíquica que pode ser entendida como o respeito à individualidade, privacidade e sociabilidade dos usuários desse espaço.

Segundo Carvalho e Oliveira (2007), as habitações de qualidade dependem das características de cada região, especialmente no Brasil, que dada à extensão territorial possui variação constante nas temperaturas entre as regiões, tornando se fundamental que o material utilizado ofereça proteção e conforto aos moradores. Os autores recomendam o uso de alvenaria e terreno seco, evitando áreas úmidas e escorregadias cortadas por valas ou tomadas por lixo. Quanto ao piso, este deve ser de material adequado à temperatura da região e ao uso e função de cada ambiente: madeira ou plástico para locais mais frios, para não concentrar umidade; cerâmica em locais mais quentes.

As condições de moradia dos assentados pesquisados (Figura 8) mostra que 89% possuem moradia inacabada.

Para Bergamasco (1997) o potencial da demanda pelo aperfeiçoamento habitacional nos assentamentos, portanto, é elevado, e isso representa mais um segmento econômico a ser constantemente impulsionado por uma demanda individualmente pequena, mas presente em um elevado número de famílias.

Condições de Moradia

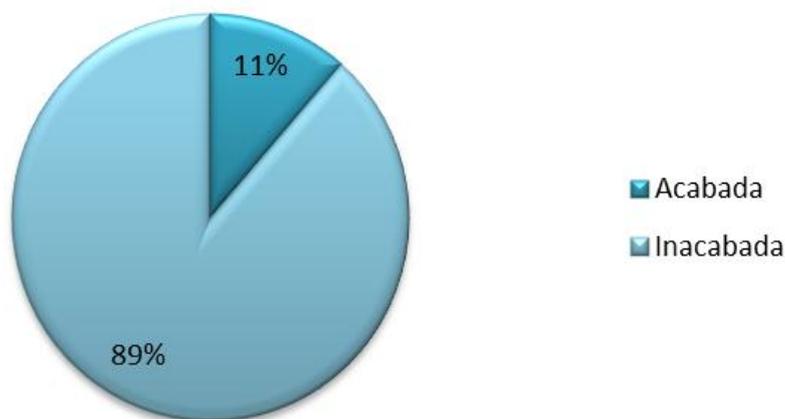


Figura – 8 Condições de moradia dos assentados (as)

Outro aspecto abordado por esta pesquisa foi o tamanho da casa em relação a número de cômodos. Verificou-se que 15 famílias possuem casas com 5 cômodos (sala, cozinha, dois dormitórios e um banheiro), seguidos por 9 famílias com casas de 6 cômodos (Figura 9).

Essas moradias aproximam-se dos parâmetros recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que segundo Borges (2008), para a área rural, caracteriza as moradias como precárias aquelas com metragem menor que 44,9 m², satisfatórias entre 45 e 99 m² e mais que satisfatórias 100 m² ou mais.

Quantidade de cômodos por moradia

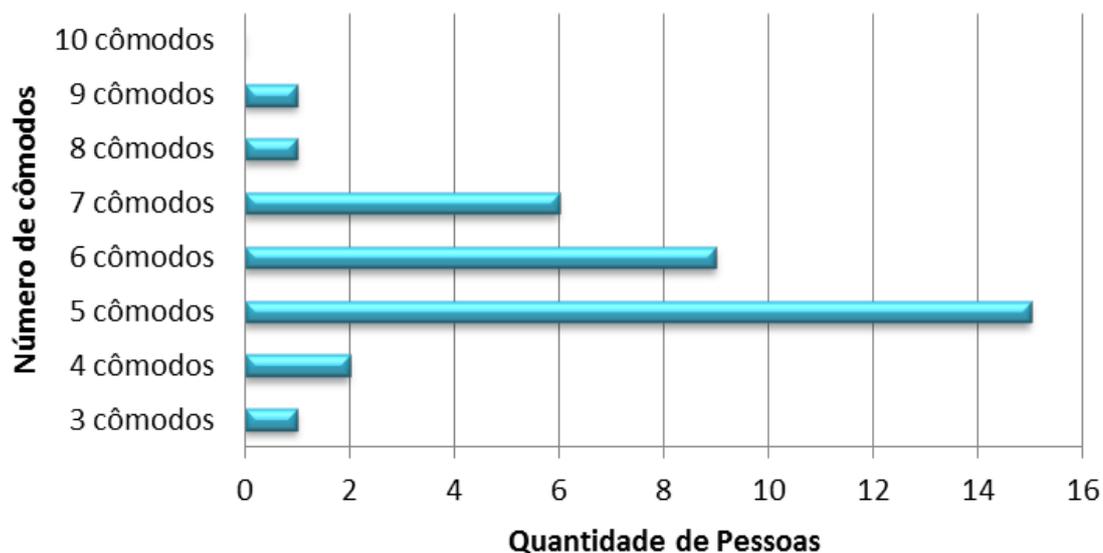


Figura – 9 Quantidade de cômodos por moradia dos assentados (as)

Em relação a compra, produção e consumo de determinados tipos de alimentos, os resultados apontaram que, em relação a compra os alimentos menos comprados são frutas e laticínios artesanais (queijo, requeijão e iogurtes), já os alimentos mais comprados pelos assentados/as são em primeiro lugar leguminosas como feijão, feijão de corda, verduras e carnes.

No quesito produção, os alimentos menos produzidos foram feijão, verduras e carnes, sendo que os mais produzidos foram frutas e laticínios.

Em relação ao consumo desses produtos, todos os assentados afirmaram que consomem com frequência esses tipos de alimentos, denotando um autoconsumo relativamente saudável (Figura 10).

Hábito de Compra, Produção e Consumo de Tipos de Alimentos

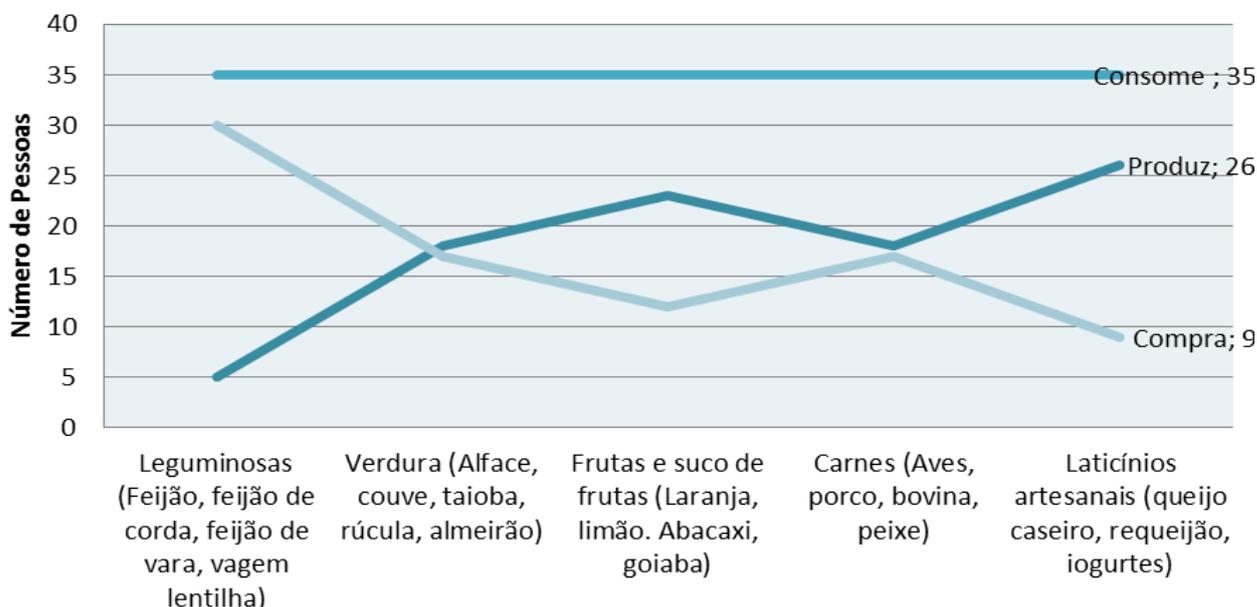


Figura – 10 Hábito de compra, produção e consumo de determinados tipos de alimentos pelos assentados (as)

Quando perguntados se há consumo constante de produtos alimentícios industrializados, 71% dos entrevistados afirmaram que consomem tais alimentos freqüentemente.

É muito provável que a proximidade com o ambiente urbano pode traçar esses hábitos alimentares de consumo de produtos industrializados, outro motivo aparente é que muitos assentados/as exercem atividades na cidade, onde fica mais fácil a aquisição desses tipos de alimentos

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2012), nos últimos seis anos, os gastos com a alimentação fora do domicílio, em áreas urbanas, cresceu sete pontos percentuais e hoje representa um terço (33,1%) das despesas das famílias com comida. Na área rural a participação da alimentação fora de casa é de 17,5% hoje; em 2003, era de 13,1%. A Figura 11 mostra os itens alimentares industrializados consumidos pelos assentados entrevistados.

Segundo Duval (2009), a produção de alimentos tende a desaparecer quando da intensificação do uso da terra com foco na produtividade, ao passo que aumenta o consumo de alimentos vindos de fora, industrializados. Por isso a produção de autoconsumo está em

segundo plano, em relação ao que é produzido em escala industrial, ou ao que é a atividade principal do campo.

Produtos Industrializados Consumidos

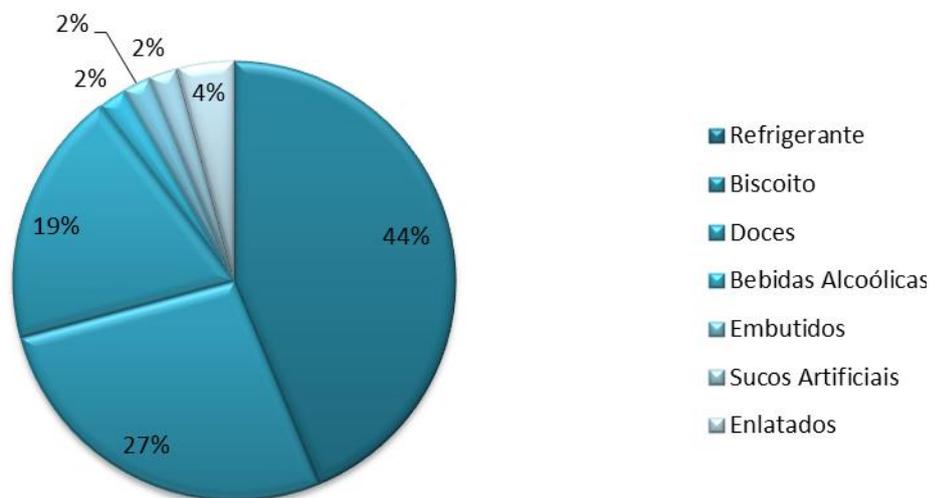


Figura – 11 Tipos de produtos industrializados consumidos pelos assentados (as)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente trabalho pode-se perceber certa fragilidade dos assentados rurais em relação à qualidade de vida, seja em relação à escolaridade, renda, condições de moradia e alimentação. Bergamasco e Norder (1996), já afirmavam que “a conquista da terra não significa que seus ocupantes passem a dispor da necessária infraestrutura social (saúde, educação, transporte, moradia) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, eletrificação, apoio crédito e comercial)...”.

Outro fato bem marcante a ser considerado é as famílias possuem atividades diversas, seja no campo ou na área urbana. Isso se coaduna com as indicações de que os assentamentos rurais brasileiros representam, sob o ponto de vista das famílias hoje assentadas, uma nova forma de produzir, um novo controle sobre o tempo de trabalho, a realização de atividades que até então não faziam parte de suas atribuições nas relações sociais anteriores. A redefinição das relações sociais em torno da posse da terra pode ser compreendida como ponto de partida na redefinição de um conjunto de outras práticas sociais.

Como alternativas para a melhoria das condições de vida no campo foram instauradas inúmeras políticas públicas nos últimos anos, com programas governamentais de cunho

federal e estadual que tentam diminuir as lacunas de infraestrutura do campo, buscando a qualidade de vida e o desenvolvimento rural.

No entanto, essas alternativas/medidas governamentais são paliativas e de cunho assistencialista, não mexendo nas chagas históricas de uma falta de política agrícola com um projeto de Reforma Agrária eficiente. Outra característica marcante da agricultura brasileira é o seu perfil exportador de matéria-prima forçando ainda mais seu pacto colonial secular, que não fortalece a economia local/territorial como é o caso da Agricultura Familiar.

Enfim o desenvolvimento da agricultura e do homem/mulher do campo tirando-o da miséria social e econômica parte de políticas eficientes e de incentivo direto aos mesmos, para que estes almejem produção, renda, segurança alimentar e a fixação de gerações futuras no campo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo, Brasiliense, 1996.

BERGAMASCO, S. M. P. P. **A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números.** Revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 11, n. 31, set./dez. 1997.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; FERRANTE, V. L. S. B. **No reino da modernização: o que os números do Censo da reforma agrária (não) revelam.** In: OS ASSENTAMENTOS de reforma agrária no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 170-204.

BORGES, J. R. P. **A situação de vulnerabilidade sócio-ambiental em assentamentos da reforma agrária: representações e práticas cotidianas.** Rima; São Paulo: Fapesp, p. 93. 2008.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. 2008/2009. **POF 2008/09 mostra desigualdades e transformações no orçamento das famílias brasileiras.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1648&id_pagina=1>. Acesso em: 03 ago. 2012.

CARVALHO, A. R. de; OLIVEIRA, M. V. C. de. **Princípios básicos do saneamento do meio**. 9. ed. São Paulo: SENAC, 2007.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010 Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_sinopse.shtm>.
Acesso em: 30 jun. 2012.

COHEN, S. C. **Reabilitação de favela: até que ponto a tecnologia empregada é apropriada?** 1993. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1993.

DUVAL, Henrique Carmona. **Da Terra ao Prato: Um Estudo das Práticas de Autoconsumo em um Assentamento Rural**. 2009. 194 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Departamento de Agroecologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. A maioria dos assentamentos rurais em São Paulo: impasses do presente, dilemas do futuro. In: _____; ALY JUNIOR, O. **Assentamentos rurais: impasse e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. São Paulo: INCRA, 2005. p. 37-69.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa em educação ambiental. In: PHILIPPI JUNIOR, A.; PELICIONI, M. C. F. **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005, p. 577-598.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas (SP.), Editora Unicamp, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J & DEL GROSSI, M.E. (1997), **A Pluriatividade da Agropecuária Brasileira em 1995-1998**, 14 p, agosto de 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (Brasil). **Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar Primeiros Resultados**. Rio de Janeiro: Ibge, 2006. 267 p. (1). Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: 28 jul. 2012.

LINS, F. E. **Déficit habitacional e inadequação das moradias no nordeste e em Pernambuco em 2000**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 22., 2002, Curitiba. Anais. Curitiba: AGEPRO, 2002, p.8.

LOPES, K. C. S. A. **Um estudo sobre as condições de vida e a qualidade do saneamento ambiental local como fatores de interferência para o desenvolvimento de práticas agroecológicas: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agroecologia e Desenvolvimento Rural, UFSCar, Araras, 2010. 198p.

MYNAIO, M. C. S. de, S.G.; SOUZA, E. R. **Avaliação por triangulação de métodos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

NORDER, L. A. C. **Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho**. Campinas, IFCH/Unicamp, 1997 (dissertação de mestrado).

PEREIRA, D. A. et al. Insegurança alimentar em região de alta vulnerabilidade social da cidade de São Paulo. **Seg. Aliment. Nutr.**, v. 13, n. 2, p. 34-42, 2006.

PINHEIRO, T. M. M.; SILVA, J. M. da; CARNEIRO, F. F.; FARIA, H. P. de; SILVA, E. N. **Saúde no campo**. In: Conferência nacional de saúde ambiental, 1., 2009, Brasília, DF. p. 25-29. 2009.

ROSA, S. L. C. **Agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Foz do Iguaçu. SOBER. Rio de Janeiro: Sober, 1999. p. 1 - 11.